

CONSTRUÇÃO DE UM SITE DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS

Leiza Castilho Monteiro, Mariana Vargas da Silveira, Caio Moura Daoud, Robson Lubas Arguelho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – Aquidauana IFMS

leizacastilho@gmail.com, marianavargasdasilveira7@gmail.com, caio.daoud@ifms.edu.br,

robson.arguelho@ifms.edu.br

Palavras-chave: Site. Informação. População. Política.

Introdução

No Brasil, o acesso à informação vem sendo cada vez mais exigido pela população e tem recebido atenção especial devido ao cenário político e jurídico atual. A divulgação dessas informações estão previstas em lei e são divulgadas periodicamente pelo governo.

O art. 8º da LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 estabelece que:

“Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.”

Porém, a informação disponibilizada pelo Estado situa-se em sites governamentais, os quais não oferecem interpretações que facilitem o entendimento de seu público alvo. Dessa forma, este trabalho baseia-se na ideia de viabilizar a compreensão acerca dessas informações para a população estudando formas de produzir um site na web que publique interpretações de reuniões de senadores com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Metodologia

Este trabalho tem como foco desenvolver um site que passe clareza sobre os assuntos que estão acontecendo no momento, com uma linguagem simples e objetiva para todo o tipo de público. Vamos utilizar as linguagens HTML, para definir a estrutura, CSS para estilizar a página, e Java para construir as funções do site.

Análise e Discussão

O desenvolvimento do projeto, até o presente momento, foi de pesquisa sobre leis de acesso à informação e busca de uma parceria com uma faculdade de Direito a fim de, futuramente, pôr em prática o objetivo de analisar e “traduzir” para o popular o que ocorre em cada reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Além disso, já verificamos como fazer o download e parser de uma página HTML utilizando JAVA.

Conclusão

Com esse trabalho vamos aumentar a conexão entre os cidadãos e o governo, gerar mais críticas às suas escolhas e promover o entendimento claro de toda decisão tomada por ele. Consequentemente, vamos aumentar a fiscalização por parte da população, expandir informações legislativas de forma rápida e igualitária, e fortificar o direito às transparências ativa e passiva.

Agradecimentos

Nossos sinceros agradecimentos ao professor Aislan Vieira de Melo, que foi nosso incrível professor de sociologia, por nos ensinar a sempre criticar e pensar sobre o lugar onde vivemos, e que, se não fosse por suas aulas, esse projeto nunca viria às nossas mentes. Ao professor Pablo Polese, por continuar com êxito seu trabalho árduo em gerar seres humanos críticos e ativos na política. Ao professor Robson Arguelho, pela sua sede insaciável por justiça, que nos cativa cada dia mais e por ter aceito ser nosso coorientador. E ao professor Caio Daoud, que aceitou ser nosso orientador e pelo auxílio imprescindível nas partes lógicas.

Referências

Zurra, R.J.O O E-Legislativo como Ferramenta de Transparência na Administração Pública Brasileira. NET, Rio de Janeiro, jul. 2008.

BARBOZA, E.M.F.; NUNES, E.M.D.A.; & SENA, N.K. Web sites governamentais, uma esplanada à parte*. NET, Brasília, jan./abr. 2000.

CONTE, T.; MENDES, E.; & TRAVASSOS, G.H. Processos de Desenvolvimento para Aplicações Web: Uma Revisão Sistemática. NET, Rio de Janeiro, 2005.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 18 nov., 2011.

Apoio:

Realização: